



Data: 10.Nov.2008

Assunto: ARP avança com queixa para a Autoridade da Concorrência

ARP avança com queixa para a Autoridade da Concorrência

A ARP (Associação Rodoviária de Transportadores de Pesados de Passageiros) decidiu apresentar uma queixa à Autoridade da Concorrência pois considera existir uma discriminação flagrante na atribuição de subsídios para a renovação de frota, prejudicando as transportadoras que não efectuam transporte regular de passageiros, vulgo carreiras.

Esta queixa surge porque já no passado mês de Maio a ARP entregou um documento à secretária de estado dos transportes, Ana Paula Vitorino, apresentando duas propostas para a resolução deste problema: ou todos podem concorrer

aos incentivos ou então o Governo passa a monitorizar a aplicação dos subsídios. A ARP não obteve qualquer resposta da parte da secretária de estado dos transportes, pretendendo agora avançar com a queixa para a Autoridade da Concorrência, não estando posta de parte, em último caso, o envio de uma reclamação à União Europeia.

“Não temos que ter subsídios, temos que ter uma concorrência justa!”, afirmou o presidente da ARP, Rui Pinto Lopes, demonstrando a sua indignação, e daqueles que representa, face ao que considera ser um abuso e uma concorrência desleal que



Rui Pinto Lopes, presidente da ARP, explica qual o teor da queixa

“não pode continuar”.

Na base deste imbróglio está o facto do Estado atribuir quatro milhões de euros para a renovação de frotas (até cinco mil euros por autocarro) e o dinheiro em vez de ser investido como deve, e por quem deve ser, é usado para modernizar autocarros que não se inserem nos requisitos para receber subsídio, mas, como refere Rui Pinto Lopes, “a partir do momento que é a empresa que compra o autocarro que decide qual a sua categoria, recaíndo quase sempre a escolha pela categoria 2, a verdade está desvirtuada à partida”.

Além disso, a ARP considera inadmissível que a dimensão da empresa determine a atribuição de subsídio, pois não faz sentido, num negócio onde se pretende que haja concorrência leal, que apenas as grandes empresas recebam subsídios. ■ PC